



COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2009
30 DE ABRIL DE 2009

Apresentação Inicial

Márcia Bassit, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde - SE/MS, inicia reunião lembrando a posse de Dr. Eugênio Pacelli, Secretário Estadual de Saúde do Tocantins, como Presidente do CONASS, convidando-o e ao Dr. Antônio Carlos Nardi, Secretário Municipal de Saúde de Maringá/PR e Presidente do CONASEMS para comporem a mesa coordenadora da 3ª reunião ordinária de 2009. Destaca os seguintes pontos que considera relevantes no momento:

- a Audiência Pública que está ocorrendo no Supremo Tribunal Federal, que merece o acompanhamento de todos;
- a Saúde Indígena, cuja condução da Política será incorporada no Ministério da Saúde, com a criação da Secretaria Especial de Saúde e Atenção ao Índio. Esclarece que algumas medidas ainda deverão ser tomadas, como encaminhamento para o Congresso de Projeto de Lei, realização de concurso ou contratos temporários. Informa que na próxima semana ocorrerá uma manifestação de 1200 índios em Brasília;
- destaca que Ministro Temporão assinou Portaria instituindo o Bloco de Investimento, cuja expectativa é reduzir em até 90% o quantitativo de convênios para transferência de recursos, atendendo reivindicação de CONASS e CONASEMS. Ressalta o grande avanço que esta medida representará para as relações intergestores no SUS. A proposta é que para cada política pactuada, haverá outra portaria detalhando como se dará o investimento correspondente. Citou como exemplo, a portaria das UPAS, que será reformulada para que a transferência dos recursos possa ser nesta lógica.

Decisões / Encaminhamentos

1. Homologações e Certificações

a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal (relação anexa). DAD/SE.

a) Homologados.

Beatriz Dobashi, Secretária Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul – SES/MS /CONASS solicita o adiamento do prazo para preenchimento do SISPACTO de 20 de maio para 20 de junho de 2009.

	<p>Nilo Bretas e Antonio Carlos Nardi/CONASEMS reiteram solicitação para que o processo possa ser mais qualificado e não seja cartorial.</p> <p>Lucia Queiroz/DAD/SE/MS afirma que a reivindicação será analisada junto à Coordenação Geral de Implementação às Políticas de Saúde – CGAIPS/DAD/SE/MS e o retorno será dado na reunião da Câmara Técnica da CIT.</p>
2. Pactuações	
<p>a) Temas prioritários para discussão tripartite em 2009. SE.</p>	<p>a) Pactuado com substituição da redação do item 7.b, de “aquisição centralizada de medicamentos” por “revisão do componente básico e do componente de dispensação excepcional”, além da inclusão dos temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reformulação do modelo de gestão da Vigilância em Saúde nas três esferas de governo; • Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa. <p>Márcia Bassit/SE/MS informa que serão retomados temas de natureza política que fortalecem o SUS, constituindo uma agenda dinâmica, flexível e aberta à introdução de novos temas. Ressalta a necessidade de proatividade em relação aos problemas emergentes.</p> <p>Destaca os pontos considerados para construção dos temas prioritários:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento intitulado “Agenda Inconclusa”, entregue ao Ministério da Saúde – MS pelo CONASS e CONASEMS; ▪ Questões e problemas levantados pelos gestores nas reuniões da CIT e as decisões e pactuações dessa Comissão; ▪ Agenda estratégica do Ministério da Saúde – Mais Saúde; ▪ Discussões desenvolvidas nos GTs da Câmara Técnica da CIT. <p>Informa as seguintes solicitações de inclusão de temas: Reformulação do modelo de gestão da Vigilância à Saúde nas três esferas de governo, focada na revisão da Portaria MS/GM nº 1172 e integração das vigilâncias, envolvendo os componentes epidemiológico, sanitário e ambiental; e Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa.</p> <p>Márcia Sakai/SGTES/MS informa que o GT de Gestão do Trabalho e educação na Saúde realizará seminário em Junho, onde serão discutidos e elencados os temas prioritários desse GT, os quais serão enviados para inclusão nessa agenda.</p> <p>Antônio Carlos Nardi/SMS de Maringá-PR/CONASEMS cumprimenta Eugênio Pacelli – SES-</p>

TO/CONASS pela posse na diretoria do CONASS, desejando pleno êxito e reafirmando parceria com CONASEMS. Afirma que foi esclarecido em reunião do CONASEMS que não há ordem prioritária nos temas relacionados e que é importante que se discutam e finalizem a discussão destes temas antes que se incluam outros. Destaca que muitos programas foram pactuados, sem posteriormente receberem nenhum tipo de investimento.

Eugênio Pacelli/SES-TO/CONASS agradece a presença de todos na posse da diretoria do CONASS. Parabeniza o Ministério da Saúde pelo ordenamento dos temas a serem trabalhados, e considera que a definição foi precisa, sendo esta atitude a que os usuários esperam deste fórum Tripartite. Ressalta a necessidade de se resgatar o pactuado e não implantado, que não se reverteu em recurso e benefício na ponta.

René Santos/CONASS afirma que a agenda retoma o conceito central de que a pauta dos Grupos da Câmara Técnica seja orientada a partir da discussão política deste Plenário. Propõe a realização de reunião da Câmara Técnica logo após a plenária da CIT, para esta definição, considerando os temas pautados, os desdobramentos do que já foi pactuado e as questões emergenciais.

Márcia Bassit/SE/MS enfatiza o discurso de posse de Eugênio Pacelli/CONASS, no tocante à necessidade de avaliação permanente das políticas que já foram pactuadas e sobre o fortalecimento da CIT e que isto também vale como desafio para as Comissões Intergestores Bipartite, cujo funcionamento, em alguns estados, está bem aquém do esperado. Relata que ao ir aos estados, tem se surpreendido com a realidade encontrada, bem diferente do discurso praticado neste fórum. Ressalta que se deve ter a coragem de revisar o que não está funcionando.

Eugênio Pacelli/SES-TO/CONASS ressalta como um dos elementos que podem fortalecer este espaço tripartite é a conseqüente discussão e desdobramento das pactuações nas Bipartite.

José Miguel do Nascimento/SCTIE/MS solicita a substituição da redação do item 7.b dos temas prioritários, onde se lê “aquisição centralizada de medicamentos” por “revisão do componente básico e de dispensação excepcional.”

Raimundo Costa, Secretário Municipal de Saúde de Plácido de Castro-AC/CONASEMS apresenta Pascal Kalil, Secretário Municipal de Saúde de Rio Branco/AC e Eduardo Medrado, presidente do COSEMS de Tocantins. Ressalta as desigualdades da Região Norte e que é necessário se estabelecer políticas intersetoriais para a superação destas. Chama atenção para o fato do financiamento para o controle da Malária não ser compatível com a necessidade do Amazonas, que concentra a maioria dos casos desse agravo.

Márcia Bassit/SE/MS reforça a importância dessa reivindicação e da discussão sobre desigualdades regionais. Apresenta Dr. Gustavo Loyola, novo diretor do DATASUS, com larga experiência na área de tecnologia da informação.

Beatriz Dobashi/SES-MS//CONASS manifesta satisfação pela recondução de Maria Cecília à

	Diretoria da ANVISA, sendo reafirmado por Márcia Bassit/SE o reconhecimento geral de seu merecimento.
3. Apresentações e Discussões	
a) Sistema Nacional de Informações em Saúde: Cartão Nacional de Saúde como Elemento Integrador. SE.	<p>Márcia Bassit/SE/MS enfatiza a importância do Cartão Nacional de Saúde (CNS), que faz parte do Plano Estratégico do Mais Saúde, não de forma isolada, mas como um elemento integrador do Sistema Nacional de Informações em Saúde. Informa que foi feito diagnóstico no nível central, considerando as experiências que deram certo nos estados, que levaram a esta nova arquitetura apresentada. Relata que houve muita frustração/desmotivação, mas acredita que hoje há uma disposição e energia positiva para que a proposta dê certo.</p> <p>Eugênio Pacelli/CONASS informa que foi manifestada na plenária do CONASS a preocupação com o Cartão Nacional de Saúde, que constitui hoje uma cobrança do próprio usuário, e a satisfação de ouvir na apresentação que serão respeitadas as experiências em andamento nos estados.</p> <p>René Santos/CONASS comenta apresentação feita em assembleia do CONASS, onde se discutiu sobre a necessidade de aprofundamento da operacionalização do CNS, para que não ocorra novamente frustração. Lembra que os eixos do Pacto pela Saúde devem ser contemplados, e que a implantação do CNS sirva à estruturação das Redes de Atenção à Saúde e à Regionalização. É importante que sejam observados os aspectos que levaram ao não alcance dos objetivos.</p> <p>Nilo Bretas/CONASEMS enfatiza a necessidade de se resgatar a aprendizagem com os erros e acertos ocorridos, a partir da discussão dos processos de gestão. Ressalta que não se conseguirá integração dos sistemas se não for trabalhado um padrão. Além disso, será necessária mudança cultural para uso do cartão e da informação, o que se dará com uma política de educação permanente.</p> <p>Beatriz Dobashi/CONASS ressalta que diagnóstico está aprofundado, mas a descrição do que vai ser feito é superficial, e, para se resgatar o estímulo, é preciso ter mais dados concretos do que vai ocorrer e das possíveis soluções para o que não deu certo, sinalizando o horizonte das ações que serão desenvolvidas.</p> <p>Enio Servilha/CONASEMS reforça que o Pacto pela Saúde é nossa “Rosa dos Ventos”, e a experiência piloto deve ser onde ele esteja implantado, assim como os Colegiados de Gestão Regionais - CGR.</p> <p>Denise Rinehart/CONASEMS ressalta a necessidade de se estabelecer um processo de Educação Permanente, pois o cartão não vai sobreviver sem informação e sem fontes fidedignas.</p> <p>Rogério Sugai/SE/MS reforça que o Pacto é a linha condutora do processo e que está sendo desenvolvido um mecanismo para que qualquer sistema possa acessar o cadastro nacional e proceder a alimentação de dados. Destaca a dificuldade de conectividade à internet de muitos</p>

	<p>municípios em nosso país. A comunicação é um dos pilares fundamentais deste processo.</p> <p>Cita o projeto de Lei da senadora Roseana Sarney, que propõe modificar a Lei 8.080/90, com a inclusão de título afeto à informação e informática no SUS, com foco no prontuário eletrônico.</p> <p>René Santos/CONASS cita que, dada a complexidade da questão, é necessário se chegar ao detalhe. Propõe que seja elaborada Nota Técnica, pela equipe condutora do processo, explicitando os detalhes da estratégia de operacionalização do Cartão SUS, o que é acordado pelo Plenário. Reforça a necessidade de se discutir Redes, e de como o Cartão Nacional de Saúde se insere nessa questão.</p>
<p>4. Informes</p>	
<p>a) Gripe Suína.SVS.</p>	<p>Gerson Penna, Secretário de Vigilância em Saúde - SVS/MS, informa que existem nove países com casos, sendo que a Espanha registrou o primeiro caso autóctone.</p> <p>No Brasil não há nenhum caso confirmado, havendo suspeitos nos estados do AM, BA, ES, MG, PA, PR, RJ, SC e SP, que estão sendo monitorados. Ressalta que o tratamento dessa gripe só é iniciado a partir do 2º dia após início dos sintomas.</p> <p>Informou que no dia 29 de abril, após realização da 3ª reunião do Comitê de Emergência da OMS, foi elevado o nível de alerta da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional da fase 4 para a fase 5, o que significa que os países devem colocar em prática seus planos de contingência, fato que já vinha sendo praticado pelo Brasil desde o último sábado. Cita que o conceito de pandemia refere-se à ocorrência da disseminação de vírus entre humanos com infecção no nível comunitário em pelo menos dois países de uma mesma região da OMS.</p> <p>Gerson Penna/SVS/MS ratifica aviso de que não há vírus tipo 4 da Dengue circulando no Brasil.</p>
<p>b) Portaria GM/MS nº 2922/08.SAS. c) Política Nacional de Humanização: Seminário Nacional – Agosto/2009.SAS.</p>	<p>Gisele Bahia/SAS/MS informa sobre retificações a serem feitas na portaria das Unidades de pronto Atendimento – UPAs, no que diz respeito à modalidade de transferência dos recursos, haja vista a publicação da portaria do Bloco de Investimentos, citada na fala inicial da Secretária-Executiva.</p> <p>Informa a realização de Seminário da Política de Humanização, em Brasília, de 5 a 7 de agosto/2009, quando serão apresentadas experiências exitosas dos estados.</p>
<p>d) Cronograma de repasse financeiro a partir do mês de maio/2009: PAB fixo e PAB Variável. DAB/SAS/MS.</p>	<p>Claunara Schilling/DAB/SAS/MS informa o cronograma: PAB fixo será alinhado à transferência do teto MAC, ou seja, efetuada pelo FNS no dia 2 ou 3 de cada mês. A transferência do PAB variável será efetuada no dia 10 ou 11 de cada mês. Em ambas situações, o crédito efetuada pelo banco na conta corrente ocorrerá dois dias depois da data de transferência do FNS, em atendimento à legislação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.</p>
<p>e) Política Nacional de Atenção ao</p>	<p>Gisele Bahia/SAS/MS divide com gestores municipais e estaduais, a Moção de Apoio do Conselho</p>

Portador de Doença Renal – Moção do CNS.SAS.	Nacional de Saúde, mérito ocorrido graças ao apoio destes.
f) Plano Emergencial de Álcool e Drogas. DAPES/SAS.	<p>José Telles/DAPES/SAS/MS ressalta a questão de álcool e drogas como um grave problema de Saúde Pública, por todas as suas implicações, informando a elaboração de Plano Emergencial, contemplando 3 eixos: acesso, redes de atenção e redes inter-setoriais. Cita que está previsto aporte de recursos para estados e municípios, visando o desenvolvimento do plano emergencial, sendo priorizadas as unidades de Saúde Mental.</p> <p>Conass e Conasems destacam a necessidade desse plano ser apresentado e pactuado na Tripartite, havendo acordo sobre isso.</p>
g) Relatório Anual de Gestão (RAG). SGEP.	<p>Antônio Alves, Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP/MS alerta estados e municípios para a necessidade de se cumprir a exigência de elaboração do RAG, requisito previsto na Lei 8142/90 para o repasse de recursos federais. Ressalta que, cada vez mais, tem sido cobrado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União e Polícia Federal o cumprimento desse requisito. Informa que a SGEP vem desenvolvendo um sistema informatizado para registrar informações dos RAGs de estados e municípios.</p> <p>Conass e Conasems falam da relevância desse tema, que inclusive está contemplado nas prioridades para discussão na CIT, solicitando a retomada das reuniões do GT de Planejamento e Financiamento para tratar da questão.</p>